

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.358, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

Acrescenta o art. 2º-A ao anexo I da Portaria MEC nº 950, de 14 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2018, que institui a Rede de Evidências Educacionais, coordenada pelo Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria MEC nº 950, de 14 de setembro de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. 2º-A. A Rede de Evidências é formada por pesquisadores, instituições públicas e privadas, alinhados com o interesse público e com as diretrizes das políticas educacionais do MEC.

Os critérios de elegibilidade para ingresso são:

I - possuir renome na área de evidências em educação;

II - possuir experiência em avaliação de impacto ou inovação educacional;

III - apoiar iniciativas que fomentem o uso de evidências educacionais;

IV - promover o debate sobre evidências em educação; e

V - ter gerado evidências para aprimoramento da educação brasileira. " (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.359, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

Reconhece programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), recomendados pelo Conselho Técnico Científico - CTC-ES da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior na 169ª Reunião, realizada no período de 13 a 16 de dezembro de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e o art. 4º do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o disposto nos Pareceres nº 182/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, e nº 00122/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, proferidos nos autos do Processo nº 23001.000204/2017-92, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa, os cursos de pós-graduação stricto sensu relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO

Ministério da Educação - MEC
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes
Diretoria de Avaliação - DAV

| | | | | | | | | |
|-----------------------------|---|--|-------|-------------|-------------|--|----|--------------|
| Proposta de Cursos Novos | | | | | | | | |
| 169ª Reunião do CTC-ES | | | | | | | | |
| 13 a 16 de dezembro de 2016 | | | | | | | | |
| Seq. | Área de Avaliação | Nome do Curso | Nível | Nota CTC-ES | Sigla IES | Nome IES | UF | Região |
| 1 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO | Administração | ME/DO | 4/4 | UNICAMP/Li | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/LIMEIRA | SP | Sudeste |
| 2 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO | Administração de Negócios * | MP | 4 | FGV/RJ | FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ | RJ | Sudeste |
| | | | | | FGV/SP | FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP | SP | |
| 3 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO | Gestão Estratégica de Organizações | MP | 3 | IESB | CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA | DF | Centro-Oeste |
| 4 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO | Contabilidade | ME | 3 | FURG | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE | RS | Sul |
| 5 | ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN | Design | ME/DO | 4/4 | USP | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO | SP | Sudeste |
| 6 | ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN | Arquitetura | MP | 3 | FEBASP | CENTRO UNIVERSITARIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO | SP | Sudeste |
| 7 | BIOTECNOLOGIA | Defesa Biológica | ME | 3 | IBEx | INSTITUTO DE BIOLOGIA DO EXÉRCITO | RJ | Sudeste |
| 8 | CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Políticas Públicas | DO | 4 | UECE | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ | CE | Nordeste |
| 9 | CIÊNCIAS AMBIENTAIS | Ciências e Tecnologias Ambientais * | ME | 3 | UFESBA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA | BA | Nordeste |
| | | | | | IFBA | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA | | |
| 10 | COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | Cinema e Audiovisual | ME/DO | 4/4 | UFF | UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | RJ | Sudeste |
| 11 | COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | Inovação na Comunicação de Interesse Público | MP | 3 | USCS | UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL | SP | Sudeste |
| 12 | COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | Indústrias Criativas | MP | 3 | UNICAP | UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO | PE | Nordeste |
| 13 | COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | Gestão da Informação e do Conhecimento | MP | 3 | FUFSE | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | SE | Nordeste |
| 14 | COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | Museologia e Patrimônio | ME | 3 | UFRGS | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | RS | Sul |
| 15 | COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | Comunicação | ME | 3 | UFRB | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA | BA | Nordeste |
| 16 | COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO | Ciência da Informação | DO | 4 | UFPE | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | PE | Nordeste |
| 17 | DIREITO | Direito e Políticas Públicas | MP | 3 | UFG | UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS | GO | Centro-Oeste |
| 18 | DIREITO | Direito das Migrações Transnacionais | MP | 3 | UNIVALI | UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | SC | Sul |
| 19 | DIREITO | Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento | MP | 3 | IBDT | INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO | SP | Sudeste |
| 20 | DIREITO | Direito | ME | 3 | UFPEL | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS | RS | Sul |
| 21 | DIREITO | Direito | ME | 3 | UNESC | FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA | SC | Sul |
| 22 | DIREITO | Direito | ME | 3 | Unichristus | CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS | CE | Nordeste |
| 23 | DIREITO | Direito | DO | 4 | UCS | UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL | RS | Sul |
| 24 | DIREITO | Direito | DO | 4 | UNIMAR | UNIVERSIDADE DE MARÍLIA | SP | Sudeste |
| 25 | ECONOMIA | Economia | ME | 3 | UNIFAL | UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS | MG | Sudeste |
| 26 | EDUCAÇÃO | Educação | MP | 3 | UFES | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO | ES | Sudeste |
| 27 | EDUCAÇÃO | Educação | MP | 3 | URCA | UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI | CE | Nordeste |
| 28 | EDUCAÇÃO | Educação | MP | 3 | UERGS | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL | RS | Sul |
| 29 | EDUCAÇÃO | Educação | ME | 3 | UNIFAP | UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ | AP | Norte |
| 30 | EDUCAÇÃO | Ensino | ME | 3 | UNIPAMPA | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA | RS | Sul |
| 31 | EDUCAÇÃO FÍSICA | Saúde da Comunicação Humana | ME | 3 | UFPE | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | PE | Nordeste |
| 32 | EDUCAÇÃO FÍSICA | Fonoaudiologia * | ME | 3 | UFPB/J.P. | UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA | PB | Nordeste |
| | | | | | UFRN | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | RN | |
| 33 | ENFERMAGEM | Práticas de Saúde e Educação | MP | 3 | UFRN | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | RN | Nordeste |
| 34 | ENGENHARIAS I | Engenharia Civil: Construção e Infraestrutura | ME/DO | 5/5 | UFRGS | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | RS | Sul |
| 35 | ENGENHARIAS IV | Engenharia Elétrica | ME | 3 | FURB | UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU | SC | Sul |
| 36 | ENSINO | Educação em Ciências e Educação Matemática | ME/DO | 4/4 | UNIOESTE | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA | PR | Sul |
| 37 | ENSINO | Ensino e suas Tecnologias | MP | 4 | IFF | INSTITUTO FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE | RJ | Sudeste |
| 38 | ENSINO | Ensino de Ciências e Educação Matemática | ME | 3 | UEPG | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA | PR | Sul |
| 39 | ENSINO | Inovação no Ensino Superior em Saúde | MP | 3 | USCS | UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL | SP | Sudeste |
| 40 | ENSINO | Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior | MP | 3 | UFPA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ | PA | Norte |
| 41 | ENSINO | Ensino de Ciências Exatas | MP | 3 | FURG | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE | RS | Sul |
| 42 | ENSINO | Ensino em Saúde e Tecnologia | MP | 3 | UNCISAL | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS | AL | Nordeste |
| 43 | ENSINO | Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente | MP | 3 | FADIP | FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA | MG | Sudeste |
| 44 | ENSINO | Ensino e relações étnico-raciais | MP | 3 | UFESBA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA | BA | Nordeste |
| 45 | ENSINO | Ensino de Ciências da Natureza | ME | 3 | UNIR | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA | RO | Norte |
| 46 | FARMÁCIA | Ciências Farmacêuticas | ME/DO | 4/4 | UNICAMP | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS | SP | Sudeste |
| 47 | HISTÓRIA | História | MP | 3 | UNICAP | UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO | PE | Nordeste |
| 48 | INTERDISCIPLINAR | Sustentabilidade | ME | 3 | UEM | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ | PR | Sul |
| 49 | INTERDISCIPLINAR | Culturas Populares | ME | 3 | FUFSE | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | SE | Nordeste |
| 50 | LETRAS/LINGUÍSTICA | Língua, Literatura e Interculturalidade | ME | 3 | UEG | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS | GO | Centro-Oeste |
| 51 | MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA | Matemática | ME | 3 | FUFSE | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | SE | Nordeste |

| | | | | | | | | |
|----------------------------|----------------------|--|-------|-----|-------------|--|----|--------------|
| 52 | MEDICINA I | Dermatologia Clínica e Experimental * | MP | 3 | UEA | UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS | AM | Norte |
| | | | | | FUAM | FUNDAÇÃO DE DERMATOLOGIA TROPICAL E VENEREOLOGIA "ALFREDO DA MATA" | | |
| 53 | MEDICINA I | Medicina Cardiovascular | MP | 3 | USP | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO | SP | Sudeste |
| 54 | MEDICINA VETERINÁRIA | Biociência Animal: Saúde e Produção Animal nos Biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia * | DO | 4 | UNIC | UNIVERSIDADE DE CUIABÁ | MT | Centro-Oeste |
| | | | | | UFV | UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA | MG | Sudeste |
| 55 | ODONTOLOGIA | Odontologia | ME/DO | 4/4 | UNB | UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA | DF | Centro-Oeste |
| 56 | ODONTOLOGIA | Ciências Odontológicas | ME | 3 | UNICHRISTUS | CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS | CE | Nordeste |
| 57 | ODONTOLOGIA | Odontologia * | DO | 4 | UNICEUMA | CEUMA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - MANTENEDORA | MA | Nordeste |
| | | | | | UFU | UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA | MG | Sudeste |
| 58 | PSICOLOGIA | Psicologia | ME | 3 | UEL | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA | PR | Sul |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Legenda: | | | | | | | | |
| ME - Mestrado Acadêmico | | | | | | | | |
| DO - Doutorado | | | | | | | | |
| MP - Mestrado Profissional | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| * Forma associativa | | | | | | | | |

DESPACHO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 554/2018, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu recurso interposto Faculdade Seama, atual Faculdade Estácio de Macapá (Estácio Macapá), com sede na Avenida José Tupinambá de Almeida, nº 1223, bairro Jesus de Macapá, no município de Macapá, no estado do Amapá, mantida pela Sociedade Educacional da Amazônia Ltda., com sede no mesmo município e estado, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos do Despacho SERES nº 51, de 14 de fevereiro de 2014, para autorizar a oferta de 100 (cem) vagas no curso de Fisioterapia, bacharelado, a ser oferecido pela recorrente, conforme consta do Processo nº 23000.005479/2014-80.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

RETIFICAÇÃO

A Portaria nº 259, de 22 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 57, de 23 de março de 2018, Seção 1, página 12, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições:
Onde se lê: "... Universidade Franciscana - UNIFRA..."
Leia-se: "... Universidade Franciscana - UFN..."

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018(*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e daí outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “e”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Câmara Consultiva Temática de Política Regulatória do Ensino Jurídico, propostas ao CNE pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC), e com fundamento no Parecer CNE/CES nº 635/2018, homologado pela Portaria MEC nº 1.351, de 14 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 34, resolve:

Art. 1º. A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior (IES).

Art. 2º No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deverão constar:

- I - o perfil do graduando;
- II - as competências, habilidades e os conteúdos curriculares básicos, exigíveis para uma adequada formação teórica, profissional e prática;
- III - a prática jurídica;
- IV - as atividades complementares;
- V - o sistema de avaliação;
- VI - o Trabalho de Curso (TC);
- VII - o regime acadêmico de oferta; e
- VIII - a duração do curso.

§ 1º O PPC, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - concepção do seu planejamento estratégico, especificando a missão, a visão e os valores pretendidos pelo curso;
- II - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados com relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- III - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- IV - cargas horárias das atividades didático-formativas e da integralização do curso;
- V - formas de realização de interdisciplinaridade, de mobilidade nacional e internacional, de incentivo à inovação e de outras estratégias de internacionalização, quando pertinente;
- VI - modos de integração entre teoria e prática, especificando as metodologias ativas utilizadas;
- VII - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VIII - modos de integração entre graduação e pós-graduac–ão, quando houver;
- IX - incentivo, de modo discriminado, à pesquisa e à extensão, como fator necessário ao prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X - concepção e composição das atividades de prática jurídica, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ);

XI - concepção e composição das atividades complementares; e,

XII - inclusão obrigatória do TC.

§ 2º Com base no princípio da educação continuada, as IES poderão incluir no PPC a perspectiva da articulação do ensino continuado entre a graduação e a pós-graduac–ão.

§ 3º As atividades de ensino dos cursos de Direito devem estar articuladas às atividades de extensão e de iniciação à pesquisa.

§ 4º O PPC deve prever ainda as formas de tratamento transversal dos conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras.

Art. 3º O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Parágrafo único. Os planos de ensino do curso devem demonstrar como contribuirão para a adequada formação do graduando em face do perfil almejado pelo curso.

Art. 4º O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Art. 5º. O curso de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no PPC, conteúdos e atividades que atendam às seguintes perspectivas formativas:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e

III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC.

§ 1º As atividades de caráter prático-profissional e a ênfase na resolução de problemas devem estar presentes, nos termos definidos no PPC, de modo transversal, em todas as três perspectivas formativas.

§ 2º O PPC incluirá as três perspectivas formativas, considerados os domínios estruturantes necessários à formação jurídica, aos problemas emergentes e transdisciplinares e aos novos desafios de ensino e pesquisa que se estabeleçam para a formação pretendida.

§ 3º Tendo em vista a diversificação curricular, as IES poderão introduzir no PPC conteúdos e componentes curriculares visando desenvolver conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, bem como definir ênfases em determinado(s) campo(s) do Direito e articular novas competências e saberes necessários aos novos desafios que se apresentem ao mundo do Direito, tais como: Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Direito Cibernético e Direito Portuário.

Art. 6º A Prática Jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º É obrigatória a existência, em todas as IES que oferecem o curso de Direito, de um Núcleo de Práticas Jurídicas, ambiente em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídica do curso.

§ 2º As IES deverão oferecer atividades de prática jurídica na própria instituição, por meio de atividades de formação profissional e serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade, por ela organizados, desenvolvidos e implantados, que deverão estar estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo seu órgão colegiado competente;

